

INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS DIRETOS(IED´s) NO BRASIL A PARTIR DO PLANO REAL: IMPACTOS SOBRE TRANSAÇÕES CORRENTES (01/1994 À 06/1998)

Alaor Inácio Rambo*

Resumo: O êxito alcançado pelo Plano Real na estabilidade de preços deve-se, em grande parte, à sobrevalorização cambial estabelecida no seu início. Esta política, porém, tem gerado déficits comerciais e correntes, criando uma dependência de influxos de capitais estrangeiros para equilibrar o Balanço de Pagamentos. Segundo discurso oficial do governo, estes capitais gerariam aumento da capacidade produtiva no setor exportador, o que levaria à reversão dos déficits. Nossa análise indica, porém, que há uma tendência ao agravamento destes pois, além dos capitais estrangeiros não gerarem superávits comerciais por serem alocados, em grande parte, em setores que não exportam, é notado um significativo aumento na remessa de lucros e dividendos ao exterior, deteriorando cada vez mais a Balança de Serviços.

Palavras-Chaves: Investimentos Estrangeiros Diretos; Transações Correntes; Contas Externas.

1 Introdução

Com a implantação do Plano de Estabilidade Econômica, o Plano Real, foi alcançado o desejado êxito na busca da reversão do processo inflacionário no Brasil. Os mecanismos utilizados na política econômica para conter a alta de preços, porém, provocaram situações de desconforto em alguns setores da economia brasileira.

A abertura econômica, iniciada ainda no governo Collor no começo da década de 90 e intensificada no governo de Fernando Henrique, aliada a política cambial, com a moeda nacional sobrevalorizada em relação as demais moedas, tem se mostrado instrumento extremamente eficiente no combate à alta de preços. Estabilidade dos preços, porém com desequilíbrios diversos, como

* Bacharel em Ciências Econômicas na UFSM.

elevação da dívida pública, taxas de juros elevadas, déficits interno e externo, desemprego e baixo crescimento econômico.

O setor externo da economia tem sido um dos mais prejudicados. A política econômica afetou o setor exportador a ponto de, em 1995, depois de 12 anos de superávit comercial, o país voltar a apresentar déficits. Segue-se, então, um período de intensos influxos de capitais estrangeiros para financiar os déficits correntes.

Para a equipe econômica do governo, o crescente influxo de IED's para o Brasil é altamente positivo. Segundo ela, estes capitais criarão, a médio e longo prazos, uma capacidade produtiva no setor exportador capaz de reverter o quadro atualmente deficitário da Balança Comercial, iniciando-se um processo de grandes superávits comerciais que possibilitarão o equilíbrio da conta de Transações Correntes, libertando o país da dependência de influxos contínuos de capitais para financiar déficits, como ora ocorre.

Uma análise do comportamento destes capitais e seus reflexos sobre as Transações Correntes auxiliará o raciocínio à condução para a conclusão sobre a tendência da confirmação ou não da expectativa governamental, conforme acima referido.

2 IED's no Brasil, Exportações e Balança de Serviços

Para que a expectativa governamental se confirme, é necessário que os capitais estrangeiros estejam sendo investidos nos setores que produzem os denominados *tradeables*, ou seja, produtos transacionáveis no comércio internacional.

O quadro I, mostra a distribuição dos IED's por setores da economia, no período em análise. Nele pode-se observar que o setor primário da economia recebe um percentual quase irrelevante do montante total de IED's. O setor secundário, que em 1994 recebia 67,46% dos investimento diretos, em 1998, para valores de janeiro a junho, recebeu 63,85%, o que demonstra uma perda na participação relativa.

QUADRO I - IED's no Brasil: participação percentual por setores da Economia:

IED's por Setor	1994	1995	1996	1997	1998*
TOTAL	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Setor Primário	0,25%	0,17%	0,15%	0,14%	0,16%
Setor Secundário	67,46%	65,45%	64,78%	64,13%	63,85%
Mat. Transporte, automob. etc	13,01%	13,04%	13,24%	12,67%	12,91%
Máq. Instrumentos mecânicos	7,66%	7,55%	7,30%	7,52%	7,70%
Equip. Elétricos e eletrônicos	7,83%	7,34%	6,95%	7,11%	6,99%
Produtos Metalúrgicos	7,95%	7,67%	7,23%	7,05%	7,13%
Produtos Químicos	14,79%	14,90%	14,68%	13,97%	13,59%
Madeiras e Manufaturas	0,57%	0,53%	0,54%	0,62%	0,59%
Calçados e produtos de couro	0,68%	0,76%	0,83%	0,88%	0,82%
Derivados de Petróleo	2,77%	2,12%	2,56%	2,44%	2,51%
Papel e celulose	1,49%	1,44%	1,61%	1,73%	1,66%
Produtos Têxteis	1,14%	1,23%	1,12%	1,22%	1,18%
Outros	9,57%	8,87%	8,72%	8,92%	8,77%
Setor de Serviços	32,29%	34,38%	35,07%	35,73%	35,99%

* Valores de janeiro à junho

Fonte: Banco Central do Brasil

O setor de serviços, por sua vez, apresenta comportamento inverso ao secundário. Sua participação que em 1994 era de 32,29%, em 1998 representou 35,99%, seguindo uma tendência mundial, segundo CHESNAIS(1996, p. 185).

Para uma análise da importância dos setores receptores de IED's e dos seus efeitos sobre o desempenho futuro da Balança Comercial, é necessário identificar a composição da pauta de exportações brasileiras, afim de que se possa fazer uma relação entre recepção de IED's e elevação das exportações.

QUADRO II - Exportações brasileiras: percentual de participação de ramos e produtos:

EXPORTAÇÕES	1994	1995	1996	1997	1998 *
TOTAL	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Produtos Primários	35,74%	36,10%	37,85%	38,22%	36,51%
Café	5,87%	5,22%	4,39%	5,84%	4,41%
Soja	9,50%	8,21%	9,34%	10,81%	9,89%
Cacau	0,65%	0,25%	0,34%	0,22%	0,26%
Açúcar	2,26%	3,91%	3,12%	3,34%	3,11%
Suco de laranja	2,26%	2,38%	2,92%	1,89%	2,12%
Carne	3,06%	2,79%	3,16%	2,95%	2,89%
Minério de ferro, manganês etc	5,74%	5,90%	6,14%	5,78%	7,10%
Fumo em folhas	1,59%	1,65%	2,16%	2,06%	1,91%
Outros	4,81%	5,78%	6,29%	5,33%	4,82%
Produtos Industrializados	64,26%	63,90%	62,15%	61,78%	63,49%
Mat. Transporte, automob. etc	10,70%	9,16%	9,95%	12,75%	14,99%
Máq. Instrumentos mecânicos	6,61%	6,56%	6,60%	6,40%	6,31%
Equip. Elétricos e eletrônicos	3,22%	3,24%	3,32%	3,36%	3,35%
Produtos Metalúrgicos	13,96%	14,18%	13,11%	11,36%	11,46%
Produtos Químicos	6,52%	7,20%	7,25%	7,23%	7,11%
Madeiras e Manufaturas	2,45%	2,44%	2,32%	2,30%	2,13%
Calçados e produtos de couro	3,84%	3,33%	3,59%	3,14%	2,79%
Derivados de Petróleo	2,60%	1,66%	1,94%	1,84%	1,68%
Papel e celulose	4,12%	5,82%	4,05%	3,76%	4,09%
Produtos Têxteis	3,16%	2,86%	2,66%	2,36%	2,16%
Outros	7,06%	7,47%	7,35%	7,29%	7,42%

* Valores de janeiro à junho

Fonte: Banco Central do Brasil

O quadro II, apresenta a composição das exportações brasileiras entre 1994 e 1998. Pode-se observar que o setor primário, apesar de estar longe de apresentar o desempenho da época do auge da economia cafeeira, ainda é muito representativo. Seu percentual de participação de aproximadamente 37%, é muito superior ao de países desenvolvidos.

O setor secundário, que tem apresentado uma elevação da sua participação nas últimas décadas, o que é uma tendência mundial, nestes últimos anos têm-se mostrado estável quanto a sua participação relativa. Os ramos deste setor que se destacam são: a indústria de material de transporte e automobilístico; a metalurgia e siderurgia; e as indústrias de produtos químicos e de instrumentos mecânicos.

Além dos dados já apresentados, é importante analisar também, a Balança de Serviços. É fundamental acompanhar o desempenho do item de Lucros e Dividendos remetidos ao exterior, uma vez que este tem relação direta com a presença de investimentos estrangeiros no país.

Segundo KALECKI(1987, p. 81), a presença destes capitais em países subdesenvolvidos deteriora cada vez mais as contas externas. O autor afirma que ocorre um aumento significativo da remessa de lucros para os países de origem destes capitais, provocando déficits enormes na Balança de Serviços, que por sua vez desequilibra a conta de Transações Correntes.

O quadro III confirma a deterioração das contas externas brasileiras. Consta-se um aumento significativo da remessa de lucros e dividendos para o exterior, tanto em termos absolutos como em termos relativos.

No ano de 1993, que antecedeu o Plano Real, o item lucros e dividendos teve saldo negativo de 1,8 bilhões de dólares, representando 11% do saldo da Balança de Serviços. Essa relação foi se elevando gradativamente durante o período em análise. Em 1997, quando o saldo de lucros e dividendos atinge 5,6 bilhões de dólares, já representa 20%, e em 1998, 21%.

QUADRO III - Balança de Serviços do Brasil (milhões de dólares):

Discriminação	1993	1994	1995	1996	1997	1998*
Juros	(8.280)	(6.338)	(8.158)	(9.173)	(10.390)	(5.163)
Viagens internacionais	(799)	(1.181)	(2.419)	(3.598)	(4.377)	(1.914)
Transportes	(2.090)	(2.441)	(3.011)	(2.755)	(4.514)	(1.941)
Seguros	(46)	(132)	(122)	(63)	74	38
Lucros e dividendos	(1.831)	(2.483)	(2.590)	(2.374)	(5.597)	(2.771)
Lucros reinvestidos	(100)	(83)	(384)	(531)	(151)	(58)
Governamentais	(345)	(327)	(339)	(304)	(350)	(131)
Serviços diversos	(2.094)	(1.758)	(1.571)	(1.686)	(1.984)	(1.186)
SALDO TOTAL	(15.585)	(14.743)	(18.594)	(20.484)	(27.289)	(13.126)

* Valores de janeiro a junho

Fonte: Banco Central do Brasil

A análise brasileira se enquadra, portanto, na teoria de KALECKI(1981, p. 81), para o qual os capitais diretos tendem a provocar desequilíbrios cada vez maiores das contas externas dos países receptores.

3 Conclusões

Com base nos dados estatísticos dos quadros I, II e III, chega-se as seguintes interpretações:

1. Existe um setor, o primário, que representa em torno de 36% das exportações, porém, recebe menos que 0,5% dos capitais diretos. Um setor tão importante para as exportações, fica à margem do interesse dos investidores internacionais;
2. O setor terciário, ou de Serviços, e portanto não exporta, recebe aproximadamente 36% dos IED's totais. Portanto, 36% dos IED's destinados ao país não reverterão em benefícios para as exportações, visto serem destinados a um setor que atende somente a demanda interna;
3. A Balança de Serviços apresenta uma deterioração ascendente. A remessa de lucros e dividendos, nos últimos 5 anos, tem

crescido de forma tamanha, que vem a confirmar a teoria Kaleckiana, anteriormente referida.

Desta forma, pode-se inferir que o crescente influxo de investimentos estrangeiros diretos para o Brasil, ao contrário do que espera o governo, não deverá proporcionar melhoras na conta de Transações Correntes. Ao contrário, existe uma tendência a uma maior deterioração em função do aumento da remessa de lucros e dividendos aos países de origem destes capitais.

Cabe ressaltar que o objetivo da análise é verificar a possível melhora das contas externas em função da variável Investimentos Estrangeiros Diretos, não levando em consideração outros fatores, como taxa cambial, renda interna, renda externa, política tarifária, entre outros.

Referências Bibliográficas

BOLETIM DO BANCO CENTRAL DO BRASIL. Brasília, 1994-.

CARDOSO, Fernando Henrique. Relações norte-sul no contexto atual: uma nova dependência. *In*: BAUMANN, Renato (Organizador). **O Brasil e a economia global**. Rio de Janeiro: Campus, 1996. 292 p. Capítulo 1, parte I. p. 05-15.

CASTRO, Antônio Barros de. Estabilizar e crescer: o paradoxo do desajuste na estabilidade. *In*: VELLOSO, João Paulo dos Reis (Coord.). **O Real e o futuro da economia**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1995. 246 p. Capítulo 3, parte II. p. 47-76.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996. 335 p.

CONJUNTURA ECONÔMICA. Rio de Janeiro, nº 12, volume 52, dezembro de 1998. Conjuntura Estatística. p. X.

COUTINHO, Luciano G. A fragilidade do Brasil em face da globalização. *In*: BAUMANN, Renato (Organizador). **O Brasil e a**

- economia global.** Rio de Janeiro: Campus, 1996. 292 p. Capítulo 11, parte II. p. 219-237.
- DIMENSTEIN, Gilberto, SOUZA, Josias de. **A história real: trama de uma sucessão.** 4ª ed. São Paulo: Ática, 1994. 242 p.
- DORNBUSCH, Rudiger. Post-mortem sobre a Tailândia. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 03 de agosto de 1997. Caderno 2: Dinheiro, p. 6-7.
- DREIFUSS, René Armand. **A época das perplexidades: mundialização, globalização e planetarização: novos desafios.** Rio de Janeiro: Vozes, 1996. 350 p.
- FRANCO, Gustavo H. B. **A inserção externa e o desenvolvimento.** Brasília: BACEN, 1996. 57 p.
- GONÇALVES, Reinaldo, et. al. **A nova economia internacional: uma perspectiva brasileira.** Rio de Janeiro: Campus, 1998. 388 p.
- GREMAUD, Amaury Patrick, VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval de, TONETO JÚNIOR, Rudinei. **Economia brasileira contemporânea: para cursos de economia e administração.** São Paulo: Atlas, 1996. 293 p. Capítulo 13, parte III. A política de combate à inflação da Nova República. p. 215-236.
- GUIMARÃES, Eduardo Augusto. Abertura econômica, estabilização e política industrial. *In*: VELLOSO, João Paulo dos Reis (Coord.). **O Real e o futuro da economia.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1995. 246 p. Capítulo 6, parte III. P. 105-128.
- HAGUENAUER, Lia, FERRAZ, João Carlos, KUPFER, David S. Competição e Internacionalização na Indústria brasileira. *In*: BAUMANN, Renato (Organizador). **O Brasil e a economia global.** Rio de Janeiro: Campus, 1996. 292 p. Capítulo 10, parte II, p. 195-217.

KALECKI, Michal. **Economias em desenvolvimento**. São Paulo: Vértice, 1987. 204 p.

_____. **Crescimento e ciclo das economias capitalistas**. São Paulo: Hucitec, 1990. 193 p. Parte V capítulo 12. A Diferença entre os problemas econômicos cruciais das economias capitalistas desenvolvidas e subdesenvolvidas. p. 133-140.

MAIA, Jayme de Mariz. **Economia internacional e comércio exterior**. 4^ª ed. São Paulo: Atlas, 1998. 492 p.

MIGLIOLI, Jorge. **Kalecki: economia**. São Paulo: Ática, 1980. 224 p. (grandes cientistas sociais, nº 16).

NOGUEIRA JÚNIOR, Paulo Batista. Inconsistência e populismo na política econômica brasileira. **Jornal dos Economistas**, Rio de Janeiro, nº 99, julho de 1997. P. 4-5.

OLIVEIRA, Gesner. **Brasil real: desafios da pós-estabilidade na virada do milênio**. São Paulo: Mandarin, 1996. 207 p.

PASTORE, Affonso Celso, PINOTTI, Maria Cristina. Câmbio e inflação. *In*: VELLOSO, João Paulo dos Reis (Coord.). **O Real e o futuro da economia**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1995. 246 p. Capítulo 2, parte I. p. 31-44.